



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE DESCENTRALIZAÇÃO E DELEGAÇÕES

TERMO ADITIVO Nº 01 DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO Nº 06/1997

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE
DELEGAÇÃO Nº 06/97, CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA, E O ESTADO DE RONDÔNIA
PARA A ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO
PORTO ORGANIZADO DE PORTO VELHO**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**, doravante denominada **DELEGANTE**, neste ato representada pelo Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Sr. **DIOGO PILONI E SILVA**, nomeado pela Portaria nº 49, de 15 de janeiro de 2019, do Ministério da Infraestrutura, inscrito no CPF sob o nº 726.683.001-00, com a interveniência da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS**, autarquia federal criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, inscrita no CNPJ sob o nº 049.035.87/0001-08, com sede e foro em Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Geral Substituto, Sr. **FRANSCIVAL DIAS MENDES**, nomeado pelo Decreto S/N de 04/05/2017, inscrito no CPF/MF sob o nº 340.112.341-68, doravante denominada **ANTAQ**; e o **ESTADO DE RONDÔNIA**, daqui por diante designado como **DELEGATÁRIO**, neste ato representada por seu Governador, Sr. **MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 001.231.857-42, com interveniência da **SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH**, empresa pública criada pela Lei Estadual nº 729, de 14 de julho de 1997, inscrita no CNPJ sob o nº 02.278.152/0001-86, com sede na Rua Terminal dos Milagres, 400 – Bairro Balsa, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP nº 76.801-370, doravante denominada **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. **FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE**, ata da 42ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Superior da SOPH, em 25/03/2020, inscrito no CPF sob o nº 001.602.987-92, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº. 50000.007690/1997-11, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, o que fazem nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DESTES TERMO ADITIVO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

- I - a prorrogação do prazo de vigência do Convênio de Delegação nº 06/97; e
- II – a alteração e consolidação das cláusulas originais do Convênio de Delegação nº 06/97, na forma do presente Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência inicial do Convênio de Delegação nº 06/97 fica prorrogado por mais 25 (vinte e cinco) anos e terá duração até o dia 1º de dezembro de 2047.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONVÊNIO Nº 06/97

3.1. Este Termo Aditivo consolida todas as cláusulas do Convênio nº 06/97 que passarão a vigorar a partir da assinatura do presente instrumento, ficando sem efeito as cláusulas do instrumento original de convênio e dos termos aditivos anteriores que não houverem sido reproduzidas no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. O convênio é regido pela Lei nº 9.277, de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 2.184, de 1997. Aplicam-se, ainda, às atividades executadas com base no presente Termo Aditivo, a Lei nº 12.815, de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 2013, e a Lei nº 10.233, 2001.

4.2. Aplicar-se-ão ao Convênio e às atividades executadas com base neste Termo Aditivo, independentemente da celebração de posterior termo aditivo, as normas supervenientes que venham a substituir ou alterar a legislação referida na Cláusula 4.1, assim como as normas baixadas pelo Poder Concedente ou pela **ANTAQ**.

4.3. O Delegatário se obriga, ainda, a respeitar todas as normas de contratações públicas, de prestação de contas e quaisquer outras que sejam aplicáveis às atividades que deverá realizar com base no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA
DO OBJETO DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO Nº 06/97

5.1. O Convênio de Delegação nº 06/97 tem por objeto a delegação da administração e exploração do **Porto Organizado de Porto Velho**, doravante denominado simplesmente **PORTO**, ao **ESTADO DE RONDÔNIA**.

5.2. A área do **PORTO** encontra-se atualmente definida pelo Decreto de 4 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2016, seção 1, página 5.

5.2.1. A alteração superveniente da área do **PORTO** não afeta a validade do Convênio. A exploração do **PORTO** pelo **DELEGATÁRIO** fica adstrita a suas respectivas poligonais.

CLÁUSULA SEXTA
DA FORMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS

6.1. O **DELEGATÁRIO** deverá administrar o **PORTO** por intermédio de entidade da Administração Indireta constituída para essa finalidade.

6.2. A partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo, o **DELEGATÁRIO** exercerá a administração e exploração do **PORTO** e as funções de autoridade portuária descritas no art. 17 da Lei nº 12.815, de 2013, por intermédio da **SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – SOPH**, ora **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO**.

6.3. O **DELEGATÁRIO** fica obrigado a constituir, no prazo de até 180 (cento oitenta) dias a contar da celebração deste Termo Aditivo, Sociedade de Propósito Específico - SPE, sob a forma de sociedade anônima, da qual seja único sócio e cujo objeto social se limite à administração e exploração do Porto Organizado de Porto Velho, a qual deverá assumir as atividades de administração e exploração do **PORTO** e as funções de autoridade portuária descritas no art. 17 da Lei nº 12.815, de 2013, oportunidade em que deverá ser celebrado Termo Aditivo ao Convênio de Delegação, tendo como objeto a substituição da **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO**.

6.4. O Estatuto Social da Sociedade de Propósito Específico – SPE de que trata a Cláusula 6.3 deverá prever que um dos membros de seu Conselho de Administração – CONSAD será indicado pelo **DELEGANTE**.

6.5. O descumprimento do prazo de que trata a Cláusula 6.3 poderá implicar a rescisão antecipada do Convênio de Delegação, sem prejuízo da aplicação de multa com base na Resolução ANTAQ nº 3.274, de 2014, ou em norma que venha a sucedê-la.

CLÁUSULA SÉTIMA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. Constituem receitas da Administração do Porto toda e qualquer remuneração proveniente do uso da infraestrutura aquaviária, terrestre, de armazenagem, de contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias operacionais, contratos de transição, contratos de uso temporário, contratos de passagem, contratos que sustentem a exploração de áreas não operacionais, de aluguéis e de projetos associados, bem como de aplicações financeiras oriundas de atividades complementares.

7.2 Todas as receitas auferidas com a administração e exploração do **PORTO**, bem como as aplicações financeiras e os juros sobre capital próprio, devem ser geridos pela **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** e aplicadas exclusivamente no custeio das atividades delegadas, na manutenção, conservação, sinalização, melhoramento, expansão e ampliação da capacidade do **PORTO** ou em seus acessos.

7.3. Após a constituição da SPE de que trata a Cláusula 6.3, poderá ser admitida a distribuição de lucros e dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio ao **ESTADO DE RONDÔNIA**, no percentual não superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, desde que tais recursos sejam destinados a ações que impliquem o aprimoramento da infraestrutura logística de acesso ao **PORTO**, ainda que em áreas externas aos limites do Porto Organizado.

7.3.1. A distribuição de lucros e dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio pela **SPE** incumbida da administração e exploração do **PORTO** dependerá de prévia aprovação do Poder Concedente e não poderá comprometer o adequado desempenho das atividades inerentes à Administração do **PORTO**.

7.5. Não haverá transferência de recursos do **DELEGANTE** ao **DELEGATÁRIO** para a execução do Convênio. Todas as despesas necessárias à plena consecução do Convênio deverão ser custeadas com recursos provenientes da exploração do **PORTO** ou com dotações orçamentárias do **DELEGATÁRIO**.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA DELEGANTE

8.1. São obrigações da **DELEGANTE**:

- I - Colocar à disposição do **DELEGATÁRIO**, gratuitamente, as áreas, instalações e bens que integram o **PORTO**;
- II - Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do Convênio de Delegação, por intermédio da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, observadas as disposições da Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, e da Lei nº. 12.815, de 5 de junho de 2013; e
- III - Intervir, sempre que necessário, para garantir a prestação de serviços adequados.

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DO DELEGATÁRIO

9.1. São obrigações do **DELEGATÁRIO**:

- I- Executar o objeto da delegação, obedecendo as normas aplicáveis aos convênios de delegação, em especial as mencionadas na Cláusula Quarta deste Instrumento;
- II – Exercer as atividades de administração do PORTO e as funções de Autoridade Portuária por intermédio da INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO, nos termos da Lei nº 12.815, de 2013, e demais normas aplicáveis;
- III- Cumprir as normas editadas pela ANTAQ e pelo Poder Concedente que sejam aplicáveis às atividades delegadas;
- IV- Elaborar, em conjunto com a ANTAQ, no prazo de até 90 (noventa) dias do início da vigência do presente Termo Aditivo, Manual de Fiscalização Conjunta contendo plano de fiscalização dos arrendatários e dos operadores portuários;
- V- Manter, no sítio eletrônico da entidade encarregada da administração do PORTO, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, o Regulamento de Exploração do Porto e o Manual de Fiscalização conjunta atualizados;

VI – Cumprir o estabelecido nos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Concedente, incluindo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, o Plano Mestre, o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP, o Plano Geral de Outorgas – PGO, entre outros;

VII - Obter e manter válida certificação ISPS-Code para o PORTO;

VIII – Apoiar a DELEGANTE e a ANTAQ, quando necessário, no exercício das atividades de execução do programa de arrendamento de instalações portuárias, fornecendo, em tempo hábil, todas as informações e facilidades para o desenvolvimento dos procedimentos licitatórios;

IX – Encaminhar à ANTAQ, até o dia 30 de abril do ano subsequente, inventário atualizado da Autoridade Portuária sobre bens da União sob sua gestão, com discriminação dos bens próprios e bens reversíveis, conforme critérios e conteúdos mínimos estabelecidos na norma da ANTAQ de controle patrimonial do porto organizado;

X – Adotar as medidas necessárias para que haja a manutenção e a conservação dos equipamentos e instalações da União sob sua gestão, incluindo infraestrutura de proteção e acesso ao PORTO, bem como responsabilizar-se pela reposição e aquisição de novos bens;

XI – Promover o melhoramento e a modernização do PORTO, implementando as obras destinadas a garantir serviços adequados, a segurança das instalações e dos usuários e a modicidade das tarifas do PORTO;

XI - Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários do PORTO, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

XIII - Respeitar os tetos tarifários estabelecidos pela ANTAQ;

XIV – Assegurar a devida proteção ao meio ambiente, tanto para os projetos próprios ou a serem executados por sua INTERVENIENTE, bem como para aqueles a serem executados pelas empresas arrendatárias, operadores portuários e demais usuários do PORTO;

XV - Responsabilizar-se civilmente perante terceiros por atos afetos à exploração do PORTO e praticados por seus representantes durante a vigência do presente Convênio;

XVI – Aderir ao Plano de Contas Regulatório da ANTAQ;

XVII - Obter, quando couber, o alfandegamento das áreas localizadas no PORTO;

XVIII - Manter pessoal técnico e administrativo próprio ou de terceiros legalmente habilitados e em quantitativo suficiente para a prestação de serviços adequados, voltados à função precípua de administradora do PORTO;

XIX - Manter programas de treinamento de pessoal e de busca permanente da melhoria da qualidade na prestação dos serviços objeto da delegação;

XX - Pré-qualificar os operadores portuários privados conforme normas expedidas pelo Poder Concedente para que os serviços de movimentação de cargas e passageiros no PORTO sejam prestados em regime de livre competição;

XXI - Contratar e manter seguro patrimonial de todos os equipamentos e instalações da União sob sua gestão, inclusive para as estruturas de atracação e acostagem, e seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura de danos causados a usuários e terceiros;

XXII - Pagar todos os tributos e contribuições incidentes ou que venham a incidir sobre bens e atividades objeto da delegação;

XXIII - Elaborar relatórios circunstanciados de todos os contratos de arrendamento de instalações portuárias localizadas no PORTO, conforme normas estabelecidas pelo Poder Concedente e pela ANTAQ, bem como atualizá-los periodicamente;

XXIV - Prestar mensalmente à ANTAQ informações sobre a natureza, tipo, quantidade e peso do total de cargas movimentadas, bem como a quantidade de movimentação de passageiros, os dados temporais de embarcações desatracadas no mês de referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação, e as receitas tarifárias faturadas no mês de referência;

XXV - Prestar mensalmente à ANTAQ informações sobre a execução dos planos e programas, destacando os de arrendamentos, obras de melhoramentos e cumprimento das metas de exploração do PORTO;

XXVI - Apresentar anualmente à ANTAQ relatório contendo Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras que servirão de base para aferição de contas do Tribunal de Contas do Estado;

XXVII – Divulgar mensalmente, no sítio eletrônico da entidade encarregada da administração do porto, os dados relativos ao volume de movimentação de cargas e de passageiros, por terminal e segmento, bem como as linhas

regulares de navegação que frequentaram os terminais arrendados no âmbito do PORTO e a relação atualizada dos operadores portuários pré-qualificados;

XXVIII - Divulgar mensalmente, no sítio eletrônico da entidade encarregada da administração do porto, as pautas e atas das reuniões do CAP – Conselho de Autoridade Portuária, bem como do CONSAD – Conselho de Administração, CONFIS – Conselho Fiscal, quando for o caso;

XXIX- Dar condições e apoiar a DELEGANTE e a ANTAQ no exercício das atividades de acompanhamento, fiscalização e controle do Convênio, fornecendo, em tempo hábil, todas as informações e facilidades para a supervisão e fiscalização de suas atividades;

XXX - Devolver à DELEGANTE, ao término da delegação, todas as áreas, instalações e bens afetados às atividades desempenhadas pela Administração do Porto, inclusive aqueles que tenham sido adquiridos posteriormente à celebração do Convênio, sem que o DELEGATÁRIO ou o INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO tenham qualquer direito de indenização.

9.2. A **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** fará inserir nos contratos que venha a celebrar, para fins de desempenho das atividades inerentes à Administração do Porto, cláusula que permita à **DELEGANTE**, se quiser, assumir a sua posição contratual em caso de extinção da presente delegação, seja por decurso do prazo de vigência, denúncia ou rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA FORMULAÇÃO DE PLANO DE METAS DE DESEMPENHO

10.1. O **DELEGATÁRIO** deverá firmar com a **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** compromissos de metas e desempenho que estabelecerão, nos termos de regulamento próprio:

- I– Objetivos, metas e resultados a serem atingidos, e prazos para sua consecução;
- II– Indicadores e critérios de avaliação de desempenho;
- III– Retribuição adicional em virtude do seu cumprimento; e
- IV– Critérios para a profissionalização da gestão do **PORTO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA IDENTIFICAÇÃO E DA CESSÃO DOS BENS QUE INTEGRAM O PORTO

11.1. As áreas, instalações e bens que integram o **PORTO** estão discriminados no Relatório de Inventário, apresentado pelo **DELEGATÁRIO**, que constitui o Anexo I do presente Termo.

11.2. A **DELEGANTE**, a **INTERVENIENTE DA DELEGANTE**, o **DELEGATÁRIO** e a **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** deverão atualizar o Relatório de Inventário de que trata a Cláusula 11.1, atualização essa que será coordenada pela **INTERVENIENTE DO DELEGANTE**.

11.2.1. A **DELEGANTE**, o **DELEGATÁRIO** e a **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** deverão indicar à **INTERVENIENTE DO DELEGANTE**, no prazo de até vinte dias a contar da publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União, dois representantes para realização dos trabalhos de atualização do Relatório de Inventário de que trata a Cláusula 11.1 deste Termo Aditivo.

11.2.2. Após a atualização do Relatório de Inventário de que trata a Cláusula 11.2, a **DELEGANTE**, a **INTERVENIENTE DA DELEGANTE**, o **DELEGATÁRIO** e o **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** firmarão **TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS**, que deverá contemplar a entrega e recebimento definitivo das áreas, instalações e bens da União que compõem o **PORTO** e que passarão a ser administrados pelo **DELEGATÁRIO**, por intermédio do **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO**.

11.2.3. A atualização do Relatório de Inventário de que trata esta Cláusula deverá ser concluída no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial da União.

11.3. As áreas, instalações e bens cedidos pela **DELEGANTE** ao **DELEGATÁRIO** permanecem afetados às atividades a serem desempenhadas pela Administração do Porto, sem prejuízo de sua substituição quando necessário para manter a eficiência, segurança e atualidade do serviço.

11.4. Encerrada a delegação de que trata o Convênio, todas as áreas, instalações e bens afetados às atividades desempenhadas pela Administração do Porto, inclusive aqueles que tenham sido adquiridos posteriormente à celebração deste instrumento, se reverterem automaticamente à **DELEGANTE** sem que o **DELEGATÁRIO** ou a **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** tenham qualquer direito de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA CESSÃO DE USO DE ÁREAS E INSTALAÇÕES DO PORTO

12.1. Competirá à **ANTAQ**, com base nas diretrizes do Poder Concedente, realizar os procedimentos licitatórios de arrendamento de instalações portuárias operacionais, bem como fiscalizar os contratos de arrendamento, que serão celebrados e geridos pelo Poder Concedente.

12.1.1. As competências de que trata a Cláusula 12.1 poderão ser delegadas à Administração do Porto em conformidade com a legislação vigente.

12.2. Sempre que exigido pela legislação vigente, será solicitada a prévia aprovação do Poder Concedente para a exploração das áreas e instalações que estejam sob gestão da Administração do Porto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Incumbe à **INTERVENIENTE DA DELEGANTE**, dentro de sua competência legal, supervisionar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo **DELEGATÁRIO**, bem como pela **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO**, acompanhando a execução das obrigações previstas neste Termo Aditivo e impondo, quando for o caso, medidas corretivas e cominação de penalidades pelo seu descumprimento, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. A **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** fará sua prestação de contas anual diretamente ao Tribunal de Contas do Estado, consoante às normas vigentes, encaminhando cópia da referida prestação de contas à **ANTAQ**.

14.2. Após o julgamento das contas, a **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** se obriga a encaminhar à **ANTAQ**, o respectivo ato editado pelo Tribunal de Contas do Estado.

14.3. A prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado não exclui a obrigação da **DELEGATÁRIA** e da **INTERVENIENTE DA DELEGATÁRIA** de se submeterem à supervisão e fiscalização da **ANTAQ** e/ou da **DELEGANTE**, conforme previsto na legislação de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

15.1. As partes poderão denunciar o Convênio de Delegação nº 06/97 a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação à outra parte com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias.

15.2 São motivos para a imediata rescisão do Convênio de Delegação nº 06/97:

- I– O inadimplemento de qualquer de suas cláusulas;
- II– O descumprimento das normas legais, regulamentares e regulatórias aplicáveis; ou
- III– A inviabilidade de sua execução por fato superveniente.

15.3 A denúncia ou rescisão do Convênio não prejudicará a exigibilidade do cumprimento de obrigações anteriores.

15.4 A parte que, por sua conduta, causar prejuízo à outra parte fica obrigada a indenizá-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

16.1. A extinção do Convênio de Delegação nº 06/97, por qualquer motivo, não resultará para a **DELEGANTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos vencidos ou a vencer assumidos pelo **DELEGATÁRIO** ou por sua **INTERVENIENTE**, com seus servidores ou empregados ou com terceiros, inclusive dívidas de natureza tributária ou previdenciária com qualquer nível de governo.

16.1.1. Não se aplica o disposto na Cláusula 15.1 aos direitos e obrigações derivados de contratos celebrados pela **INTERVENIENTE DO DELEGATÁRIO** em relação aos quais o **DELEGANTE** tenha optado por assumir a sua posição contratual, nos termos da Cláusula 9.2.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
DA PUBLICAÇÃO

17.1. As partes farão publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado de Rondônia, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, correndo as despesas à conta da **DELEGANTE** e do **DELEGATÁRIO**, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CONFLITOS

18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou quaisquer questões oriundas deste Termo Aditivo, antes de recorrerem ao Poder Judiciário, as partes se comprometem a encaminhar a questão para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e da Portaria nº 1.099 de 28 de julho de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da circunscrição judiciária de Brasília/DF para solucionar qualquer litígio que surja em decorrência deste do Convênio e deste Termo Aditivo, com renúncia a qualquer outro.

E por estarem justos e acordados, os convenientes e seus intervenientes assinam o presente Termo Aditivo em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas adiante nomeadas e que também o assinam.

Brasília/DF, 23 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)

DIOGO PILONI E SILVA

Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviário do Ministério da Infraestrutura

(assinado eletronicamente)

FRANSCIVAL DIAS MENDES

Diretor-Geral da ANTAQ - Substituto

(assinado eletronicamente)

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

(assinado eletronicamente)

FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE

Diretor Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH

Testemunhas:

(assinado eletronicamente)

OTTO LUIZ BURLIER FILHO

Diretor do DGMP/SNPTA/MINFRA

(assinado eletronicamente)

ALESSANDRO R. DE L. PAULA MARQUES

Coordenador Geral CGDD/DGMP/SNPTA/MINFRA



Documento assinado eletronicamente por **Francisval Dias Mendes, Usuário Externo**, em 26/10/2020, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE, Usuário Externo**, em 27/10/2020, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 05/11/2020, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Rodrigues de L Paula Marques, Coordenador Geral-CGDD**, em 05/11/2020, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária**, em 06/11/2020, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Piloni e Silva, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários**, em 13/11/2020, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2882453** e o código CRC **D3C295ED**.



Referência: Processo nº 50000.043296/2019-40



SEI nº 2882453

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - Edifício Anexo - 1º Andar - Ala Leste - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: 20298827 - www.infraestrutura.gov.br